

Maria Aparecida da Costa Silva

Perfis de Normalistas Campinenses

Aspectos educacionais
de mulheres
em Campina Grande
(1930)



**PERFIS DAS
NORMALISTAS
CAMPINENSES:
ASPECTOS EDUCACIONAIS DE
MULHERES EM CAMPINA
GRANDE (1930)**



Editor

Lucas Manoel Freire Monteiro Cabral

Conselho Editorial

**Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
Emerson M. Alves Silva**

Conselho Científico

Bruno Rafael de A. Gaudêncio (IHCG)	Maria Liége Freitas Ferreira (UFCC)
Eliton S. Medeiros (UEPB)	Laudemiro L. de Figueiredo Filho (HGB)
Flaubert Barros Leira (HGGP)	Lucira Freire Monteiro (UEPB)
Flávio Carreiro de Santana (NUPEHL)	Luira Freire Monteiro (UEPB)
Glauber Paiva da Silva (UFPE)	Luiz Carlos dos Santos (HGAN)
Hélio de Sousa Ramos Filho (UEPB)	Maria de Lourdes Lopo Ramos (UEPB)
Hilmária Xavier Ribeiro (NUPEHL)	Maria Ida Steinmüller (IHCG)
Jordan Queiroz Gomes (NUPEHL)	Thomas Bruno Oliveira (IHGP)
João Pereira Silva Neto (IHLS)	Thuka Kércia Morais de Lima (MDCG)
José de Sousa Pequeno Filho (IHSB)	Vanderlei de Brito (IHCG)
Juvandi Dos Santos Silva (UEPB)	Vicentina Ramires (UFRPE)

Conselho Científico

Designer gráfico	Emerson M. Alves Silva
Capista	George Tenório Pinto
Revisão linguística	Vanuza de Oliveira Barbosa
Normalização técnica	Wellington Figueiredo



Edições Nativa

2021

Maria Aparecida da Costa Silva

•

**PERFIS DAS
NORMALISTAS
CAMPINENSES:
ASPECTOS EDUCACIONAIS DE
MULHERES EM CAMPINA
GRANDE (1930)**

Nativa 

Edições Nativa

2021



Copyright 2021 – Autores
ISBN 978-65-995499-4-8

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial,
de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei no
9.610/1998) é crime estabelecido no artigo
184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Maria Aparecida da Costa
Perfis das normalistas campinenses [livro
eletrônico] : aspectos educacionais de mulheres em
Campina Grande (1930) / Maria Aparecida da Costa
Silva. -- 1. ed. -- Campina Grande, PB : Nativa
Edições, 2021.

ISBN 978-65-994599-4-8

1. Campina Grande (PB) - História 2. Educação
3. Educação feminina - Brasil 4. Mulheres - Educação
5. Mulheres - Campina Grande - Paraíba 6. Perfis
normalistas I. Título.

21-62646

CDD-371.8220933

Índices para catálogo sistemático:

1. Campina Grande : Paraíba : Educação feminina :
História 371.8220933

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Edições Nativa

2021

Sumário

Prefácio - Um pouco de Campina Grande nas malhas do saber escolar ..	7
Introdução	10
Capítulo I: O Instituto Pedagógico e a Revista Evolução	16
Capítulo II: Dos relatos às imagens	28
Considerações finais	49
Fontes e Referências	51/52

Um pouco de Campina Grande nas malhas do saber escolar

No momento em que este texto chega ao grande público, assistimos atentos muitas discussões sobre o ofício docente em tempos de pandemia, se sua atividade é considerada essencial ou não, e, sobretudo, o tremendo esforço entre os docentes para exercer o seu ofício com responsabilidade social e intelectual. Assim, muitos desafios se impõem ao ato de ensinar a educação escolar nos dias de hoje, numa conjuntura que sequer imaginávamos ser testados.

De alguma forma, encaminhamos o texto da historiadora Maria Aparecida para realizar igual reflexão sobre o ofício docente, suas exigências, predicados e dilemas, só que noutro momento do nosso passado. O desafio de bem formar professores para exercer com responsabilidade o seu ofício, não é recente, e é o que Maria Aparecida vem nos mostrar.

Dedicada em sua atividade de pesquisa juntos aos jornais de época, sobretudo àqueles do início da agitada década de 1930, Cida (como carinhosamente todos lhe chamam) nos propõe o a curiosidade de refletir sobre a formação de professoras em Campina Grande. Fenômeno recente no país, as ditas Escolas Normais se dedicavam à hercúlea formação de professoras (sim, majoritariamente e naquele momento tido por um ofício tipicamente feminino, tal como ainda hoje muitos acreditam ser), sobretudo para o ensino escolar de crianças.

Pelas muitas contribuições trazidas, percebemos um apurado cuidado na formação profissional daquelas professoras em Campina Grande. Entretanto, diferente dos dias atuais, onde a formação docente (quicá) se importa com o trabalho de maturação intelectual dos seus aprendizes, naquele momento, e tal como uma cena de época, Cida nos apresenta uma formação docente mais ampla, mais exigente, para além de um mero atributo intelectual. Na formação daquelas normalistas campinenses, em 1930, havia um grande investimento moral, social e estético.

Em grande parte, tal investimento moral, social e estético se justificou, conforme muito bem desenvolvido pela autora, pela própria condição de gênero daquelas profissionais. Dos perfis normalistas apresentados em variadas revistas do próprio Instituto Pedagógico, Cida recupera valores sociais, expectativas morais e cuidados estéticos normatizados para essas professoras.

A sensibilidade com que Cida nos dá a conhecer essas normalistas, sobretudo ao se dedicar a analisar o perfil traçado para elas e descrito em suas revistas, impressiona. Mas em grande medida essa sensibilidade é justificada na pesquisadora, pois esta reúne importante sagacidade, astúcia e desejo em conhecer os modelos femininos esperados para aquela. Essa dedicação, aliás, já havia sido por ela praticada em outro trabalho igualmente interessante, onde pôde observar o ideal de beleza e estética feminina em revistas nacionais, o que recomendamos também o seu conhecimento.

Na experiência atual, me alegra o encontro da historiadora com o seu passado local. Nesse momento, Cida nos traz um passado que nos interessa diretamente, o campinense, e ao mesmo tempo nos faz justificar pelo seu trabalho de pesquisa e sua envergadura metodológica que, sob qualquer recorte historiográfico, seja ele local ou não, uma boa formação historiadora é imprescindível para autorizar a credibilidade de uma boa história escrita.

Campina Grande, 21 de abril de 2021.

Flávio Carreiro de Santana

INTRODUÇÃO

O contexto dos anos 1920 e das décadas posteriores a ele tem sido estudado de forma recorrente pela Historiografia brasileira, haja vista, ter sido marcado nacionalmente por um período de modernização e revolução no Brasil. Na Paraíba, a ideia de modernidade também estava atrelada especialmente aos cenários urbanos com um cotidiano frenético e agitado com que as mudanças se operavam na vida cotidiana. As novidades que vinham do estrangeiro passavam pelo imaginário com traços e símbolos de modernidade.

Em meio a esse contexto de modernidade, a *Parahyba* do Norte apresentava a influência cultural da capital francesa. Era possível observar algumas mulheres arriscando-se nos “hábitos proibidos”, como o uso do batom vermelho e do corte de cabelo á *la garçonne*, bem como, vestidos justos, saias à altura do joelho. Em termos de política, o período em questão foi marcado pelo comando da oligarquia epítacista, cujo domínio teve início por volta de 1912, consolidando seu poder local em meados da primeira década do século XX.

Após sucessivas transformações no cenário político estadual, surge o nome de João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa, responsável

por vários investimentos na valorização da capital paraibana e na continuação do projeto de urbanização que vinha ocorrendo durante os mandatos de governadores anteriores. João Pessoa era, ainda, responsável pelas benfeitorias na área da educação, a exemplo do Curso Normal para a formação de professoras.

Nesse contexto social e político, a educação feminina foi bastante discutida nos artigos de jornais e revistas que circularam na capital. Apresentando um cunho formativo, os artigos traziam as ideias de uma educação pautada na afetividade e na docilidade como características naturais do feminino, definindo papéis sociais os quais as mulheres deveriam representar. Assim, esta pesquisa versa sobre o processo de profissionalização da normalista na Paraíba, sobretudo, na cidade de Campina Grande.

Conforme a sociedade foi se modernizando, os cuidados com a educação foram tornando-se mais presentes nos discursos da intelectualidade local. Tais preocupações com a educação refletiram-se em novas formas de organização do currículo escolar e espaço físico/social da escola. Ademais, a apreensão da educação com vistas à profissionalização da normalista apresentou-se através de acréscimos nas disciplinas curriculares.

À medida que o regime político republicano se consolidava, ocorriam modificações na grade curricular da Escola Normal. Nesse sentido, na primeira década republicana, as disciplinas apresentavam um cariz enciclopédico, composto pelo ensino da língua vernácula, do cálculo, da Geografia, elementos da História Natural, do desenho, da

escrita e do ensino simples da moral. As novas disciplinas – surgidas em meados da primeira década do século XX – por sua vez, constituíam um caráter específico de atuação no Magistério, a exemplo da Pedagogia, na qual eram ministradas as cadeiras de Prendas Domésticas e Trabalhos de Agulhas.

No desenvolvimento dessa pesquisa e, principalmente, no contato com as fontes, percebemos vários artigos que expressavam ideias sobre o processo de formação escolar desejado pela sociedade paraibana da época para as mulheres. As fontes utilizadas compreendem os artigos, reportagens, relatos e imagens contidas no *Jornal Evolução*¹, na *Revista Evolução*², *Jornal O Comércio de Campina*³ e o *Anuário de Campina Grande*⁴.

Destarte, serão priorizados os discursos que dizem respeito ao perfil da educação feminina, suas representações, os relatos transcritos nos periódicos, a análise dos perfis normalistas, as atividades realizadas no Instituto Pedagógico, bem como, assuntos do cotidiano do referido instituto. A pesquisa foi realizada nos meses de julho e agosto de 2019. Para o desenvolvimento da mesma foram consultados três jornais e uma revista, no período de 1921 a 1932. Utilizamos as transcrições dos relatos e fotografias das imagens.

A Escola Normal João Pessoa, sobre a qual discorreremos ao longo de nossa narrativa, é anexa ao Instituto Pedagógico – um espaço

¹ *Evolução* Jornal Impresso Pedagógico produzido pelo Instituto Pedagógico (Campina Grande), na década de 1930.

² A *Revista Evolução* era um periódico bimestral, editada pelo corpo docente do Instituto Pedagógico, tinha como redator-chefe o professor Manoel de Almeida Barreto.

³ *Comércio de Campina* – publicado no ano de 1932, em Campina Grande, teve como redatores os professores do Instituto Pedagógico Alfredo Dantas e Manoel Almeida Barreto.

⁴ *Anuário de Campina Grande* – Organização de João Mendes, oficinas gráficas do *Jornal do Comércio*, 1925.

de formação docente detentor de uma cultura escolar muito própria, que obedecia às normas de seu diretor, o Tenente Alfredo Dantas. Antes, porém, de versar sobre o desenvolvimento da formação docente, faz-se necessário compreendermos o contexto educacional porque passara o Brasil nos anos que antecederam à criação das supraditas instituições educacionais.

Segundo Santana e Monteiro (2017), a garantia – inscrita na primeira Constituição brasileira – de educação escolar como um direito a todos os cidadãos (livres) do país, fez crescer a necessidade de ampliação daquela. Para os autores:

A profissão docente acompanha a gênese da própria instituição escolar e a definição de época do ato educativo, tendo o Estado assumido a responsabilidade de formar seus professores. No Brasil, nossa primeira experiência de formação docente se deu em 1823 quando, no Rio de Janeiro, foi criada pelo poder imperial uma escola de primeiras letras com o objetivo de formar professores para atuarem em corporações militares. Essa proposta de formação pautava-se na experiência francesa das escolas normais, e que por muito tempo marcaria a nossa experiência formadora de professores. (SANTANA; MONTEIRO, 2017, p. 427).

Porém, os primeiros Cursos Normais brasileiros só foram criados em algumas cidades um pouco depois da proclamação da Lei de 15 de outubro de 1927 e do Ato Adicional de 1834. Essas escolas foram, inicialmente, instituídas em Minas Gerais e em Niterói, no ano de 1835. Nos anos seguintes, foram abertos cursos em outras províncias. Na Paraíba, foi aberto apenas em 1884 e instalado em 1885, na capital da província.

A experiência com Escolas Normais surgia, em várias províncias, acompanhada de uma política educacional que se caracterizava pela busca de uma uniformidade por meio da instrução. Identificar a existência desse processo formativo da educação feminina e da professora normalista despertou-nos a necessidade de compreender como ocorreu a feminização do Magistério na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Nossas inquietações se traduziram nos seguintes questionamentos: Como os periódicos do município apresentavam os perfis normalistas? Como eram realizadas as atividades no ambiente escolar? Quais atividades eram desenvolvidas pelas alunas da Escola Normal?

Nessa perspectiva, nossa pesquisa está centrada na compreensão do processo de formação e profissionalização da normalista a partir dos relatos e das imagens contidas na Revista *Evolução*, evidenciando as práticas de educação da Escola Normal João Pessoa através das atividades realizadas pelas alunas do Instituto Pedagógico de Campina Grande. Pela especificidade do nosso estudo, fez-se necessária uma visita aos estudos historiográficos que têm como pressuposto teórico-metodológico a Nova História Cultural. Essa corrente historiográfica propõe uma transformação radical no pensar histórico que, antes fixo e imutável, passou a ser encarado como uma construção cultural, sofrendo várias transformações no tempo.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral apreender as concepções educacionais veiculadas pelos periódicos paraibanos sobre educação feminina, observando a posição das mulheres

frente à educação idealizada para elas. Nesse sentido, busca-se evidenciar e compreender as formas de controle e de desenvolvimento da feminização do Magistério, bem como as representações sociais que permeavam a educação feminina, no intuito de compreender a formação educacional e profissional da mulher paraibana.

Este trabalho encontra-se dividido em três tópicos. O primeiro, de cariz introdutório, disserta sobre o processo de formação e profissionalização das normalistas, abrange o aporte teórico-metodológico e o trato com as fontes pesquisadas. O segundo, intitulado *O Instituto Pedagógico e a Revista Evolução*, versa sobre o surgimento do Instituto Pedagógico Campinense enquanto estabelecimento de ensino que priorizava as normas como forma de disciplinar as crianças, e a Revista Evolução como instrumento de divulgação das atividades realizadas pelo Instituto Pedagógico.

O terceiro tópico, por sua vez, subdivide-se em dois outros, a saber: *Dos Relatos às Imagens*, no qual se apresenta o cotidiano escolar das jovens alunas do Instituto Pedagógico através de publicações feitas na Revista Evolução, as atividades artísticas e escolares desenvolvidas pelas educandas. No subtópico, *Perfis Normalistas*, serão exibidas imagens e características dos perfis das estudantes normalistas quando de sua passagem pelo Instituto Pedagógico. Encerrando a narrativa, serão pontuadas considerações acerca das ideias mais significativas realçadas ao longo do texto.

O INSTITUTO PEDAGÓGICO E A REVISTA EVOLUÇÃO

Fundado pelo tenente Alfredo Dantas, em 17 de fevereiro de 1919, o Instituto era concebido como uma escola modelo, haja vista, trabalhar as “escolas anexas”, com ensino primário e secundário, tornando-se o primeiro estabelecimento de ensino no interior da Paraíba a conferir títulos técnicos profissionais. O Instituto Pedagógico Campinense surge a partir da necessidade de criar no município uma imagem de *urbe* moderna e, portanto, necessitada de um estabelecimento de ensino que priorizasse as normas como forma de disciplinar as crianças. Em 1928, o Instituto passa a funcionar em novas instalações físicas “adaptadas às condições higiênicas e pedagógicas” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 8). Ainda nesse mesmo ano são criados o Curso Técnico Comercial e o Curso Normal⁵.

Criada em 1928, a Escola Normal João Pessoa foi fundada pela professora Otilia Sampaio Xavier, tendo recebido esse nome em homenagem ao presidente da Paraíba da época em questão, por vê-lo

⁵ Este Curso Normal foi criado no Instituto em 1928 e se equipara à Escola Normal do Estado pelo Decreto nº 1615, de 09 de dezembro de 1929. Em homenagem ao presidente passou-se a chamar Escolar Normal João Pessoa, conferindo títulos de professoras diplomadas.

como “[...] símbolo do dever e da justiça, o exemplo vivo e dignificante dos nossos costumes, o padrão civil da nova geração brasileira” (op. cit., p. 8). Com o intuito de prestar um tributo e “[...] póstuma gratidão ao inolvidável benfeitor daquele curso, os dirigentes do Instituto Pedagógico, com o seu corpo docente, por unanimidade de votos, o instituíram como paraninfo da Escola Normal, anexa ao referido educandário: João Pessoa” (idem).

O Instituto Pedagógico Campinense foi uma escola que trazia as supostas marcas da modernidade. Inicialmente, funcionou na Rua Barão do Abiaí; nos anos de 1930, foi transferido para a Rua Marquês do Herval, prédio municipal cedido pelo presidente João Pessoa. Nesse período, ampliou suas instalações físicas, fundando as chamadas “Escolas anexas”, nas quais passaram a funcionar a Escola de Instrução Militar, o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores, tornando-se, depois de 1932, o primeiro estabelecimento secundário conferidor de títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba.

Aquele Instituto oferecia desde o Curso Primário e de Preparação até os Secundários, ministrados pelas escolas oficiais, a exemplos dos cursos Comercial e Normal. O Instituto Pedagógico era visto como um espaço educacional adepto de práticas pedagógicas modernas.

Dos poucos estabelecimentos de ensino que temos no interior do Estado, é o “Instituto Pedagógico” o melhor conceito e que cumpre rigorosamente os métodos de ensino mais modernos. Fundado em 1919, vem em constante progresso, quer no melhoramento de seu prédio e mobiliário, quer no aperfeiçoamento da instrução. Mantém os seguintes cursos: Normal, Commercial, Gymnasial, Militar, Primário e Infantil. Além dos citados cursos, mantém ainda as aulas de piano,

costura, bordado, pintura, música, flores e gymnastica, todas sob a direção de competentes profissionais. O internato funciona na própria residência do diretor, gozando assim os internos de assistência familiar. O externato remodelado a capricho e com todos os requisitos da hygiene escolar, oferece aos alunos e professores todo conforto necessário. Seus vastos salões em número de dez são bem arejados, iluminados e suficientemente mobiliados. Entre os pavilhões que compõem o prédio existe um grande pateo destinado ao recreio e aulas de instrucção physica. Nelle estão localizados os campos de volleyball, basket-ball e peteca, caixão de pulo, barra fica e outros aparelhos de gymnastica. O volleyball é treinado com entusiasmo pelas normalistas e alunos de outros cursos. O curso militar, destinado a preparar os jovens para a defesa da pátria, muito útil tem sido aos campinenses, pois centenas de moços têm obtido a caderneta militar de reservista, ficando assim aptos para exercerem empregos federaes e isentos do sorteio militar. (JORNAL BRASIL NOVO, 1931, p. 6).

O Jornal Brasil Novo apresenta o Instituto Pedagógico como uma instituição de ensino que trazia em seus métodos educacionais e organizacionais um modelo de progresso, destacando o aperfeiçoamento de instrução aplicado nos diversos cursos ofertados pela instituição, bem como o conforto e a organização do prédio, destacando a amplitude de seus salões para práticas esportivas. As marcas do progresso atribuídas ao Instituto Pedagógico estavam além de seu currículo amplo e disciplinarizador, elas traziam signos do moderno em sua estrutura física, dispondo de mobílias e objetos que engrandeciam o prédio, enquanto internato foi modelo de assistência familiar, pois funcionava na própria residência do diretor. Caracterizando-o como uma instituição separada para educar e preparar jovens para exercerem profissões.

Assim, o Instituto Pedagógico, sendo muito bem conceituado no Estado, teve sua imagem construída por diversos veículos jornalísticos,

incluindo os de livre circulação estadual, como também os que o Tenente Alfredo Dantas⁶ fazia parte, a exemplo do Jornal O Comércio (1932), bem como, os periódicos dos quais fora financiador, como a Evolução Jornal e a Revista Evolução, sendo esses últimos de responsabilidade editorial do próprio Instituto Pedagógico.

A Revista Evolução era um periódico bissetmanal que teve ampla difusão. Apesar de ser editada pelo corpo docente do Instituto e trazer relatos do cotidiano de seus alunos, ela destinava-se à sociedade em geral. Tinha como redator-chefe o professor Manoel de Almeida Barreto⁷, o qual, junto com o Tenente Alfredo Dantas também era responsável pela redação do Jornal O Comércio de Campina, fundado em 1932. O Instituto Pedagógico ficou conhecido pelas modernas práticas pedagógicas aliadas ao patriotismo e ao controle social. Estes signos são apresentados no próprio Hino⁸ da Escola, conforme podemos observar:

Quando alegre e felizes marchamos / Sob o azul deste céu
impoluto /

⁶ Alfredo Dantas Correia de Goes nasceu em Teixeira (PB) em 17/11/1870, filho de Manoel Dantas Correia de Goes, presidente interino da Paraíba em 1889, faleceu em 19/02/1944, de câncer. Casou-se com Ana (Yayá) de Azevedo Dantas. Tenente do Exército, reformado, fundou o Instituto Pedagógico em 1919, que se destinava ao ensino dos cursos Primário e Secundário para ambos os sexos, e em 1936 criou o “Ginásio Alfredo Dantas”. Diretor, junto com Manoel de Almeida Barreto, do Jornal Comércio de Campina, em 1932. Exerceu sua atividade como militar na Revolução de Dantas Barreto, em Pernambuco. Atualmente a cidade de Campina Grande possui o Colégio Alfredo Dantas, uma rua e uma praça com o mesmo nome do tenente.

⁷ O professor Manoel de Almeida Barreto nasceu em Canguaretama, em 10 de janeiro de 1886, filho de Manoel Rodrigues Barreto e Cândida de Almeida Barreto, aos dez anos ficou órfão. Foi, então, criado por um tio que era bispo, chegou a ser ordenado padre, mas desistiu da vida sacerdotal. Lecionou em Mossoró e em Natal. Em 1927 passou a residir na cidade paraibana de Campina Grande, onde criou seus três filhos e se dedicou ao Magistério em diferentes educandários da cidade. Também foi maçom. Chegou a assumir, interinamente, o cargo de prefeito, quando era secretário municipal campinense. Depois de 42 anos contínuos de dedicação ao ensino, aposentou-se em 1948. Faleceu em 16 de fevereiro de 1961, em Recife, mas foi sepultado em Campina Grande, onde existe uma rua em sua homenagem.

⁸ Este Hino do IPC assemelha-se com a letra do Hino do Colégio Pedro II, considerado modelo de escola para o país.

Sem querer a sorrir exaltamos / O áureo nome do nosso Instituto
/
Há do livro ser a couraça / E a caneta há de ser o fuzil /
Para a glória eterna desta raça / Que é o orgulho do nosso Brasil
/
Ó, bravos filhos do Norte / A pátria quer nosso tributo /
Nosso ideal excelso e forte / É ver a glória do Instituto /
Se a nossa vida é uma lição / É mister tudo assim vencer /
Só poderemos ter justiça / Com a luz sublime do saber /
Não podemos perder um minuto / Precisamos lutar e vencer /
Para a glória nosso Instituto / Excelso templo de imortal saber /
Somos filhos das plagas do Norte / E vivemos à luz do cruzeiro
/ Defendendo tal qual o mais forte / O auriverde pendão
brasileiro /
Honraremos o nosso Instituto / Propaganda sem trégua a
instrução / Pois o nosso sublime reduto / Diz que o estudo é a
melhor diversão /
O Pedagógico é uma grande oficina / Ao clarão da áurea luz do
saber /
Quem estuda há de ter disciplina / Para um dia cumprir seu
dever. (DINOÁ, 1993, p 245).

É perceptível que o Hino apresenta a proposta pedagógica da escola, projetada na imagem de virtude, baseada nos ideais republicanos. Assim, além de definir o modelo de aluno que se queria formar, perpassa pela infraestrutura e arquitetura escolar, o currículo dos cursos oferecidos e a formação dos docentes atuantes. Com o passar do tempo, o Instituto acabaria promovendo-se como um local de erradicação do analfabetismo campinense. Segundo o *Evolução Jornal*, de 17 de junho de 1934:

Dispondo de um corpo docente, que honra a instrução neste Estado, e com aproximada chegada do gabinete de Física e Química, esse acreditado estabelecimento, aparelhado na verdadeira acepção da palavra, atingirá ao pináculo da glória, como desbravador do analfabetismo nesta cidade – caminho do Alto Sertão do Nordeste brasileiro.

Tal modernidade pedagógica, aliada a um corpo de professores “eficientes”, munia o Instituto como um dos mais respeitados educandários da cidade.

Figura 01 – Corpo docente⁹ do Instituto Pedagógico



Fonte – Revista Evolução, 1931.

Seu corpo docente estava formado por várias normalistas, médicos e sargentos. A presença de médicos na escola obedecia a um chamado nacional, tendo em vista o processo de higienização pelo qual passava o Brasil à época. Para Buriti (2009, p. 10 *apud* ANDRADE, 2012, p. 12):

Nas décadas de 20 e 30 (século XX), as reformas educacionais celebravam um “tempo novo” para o Brasil, ganhando cada vez mais visibilidade o discurso médico e sua inserção no âmbito das

⁹ Vendo-se na primeira fila, de pé, da esquerda para a direita: professor M. de Almeida Barreto, sargento/instrutor Moisés Araújo, doutor Severino Cruz, tenente/diretor Alfredo Dantas, Lino Fernandes, doutores Elpídio de Almeida e Antônio Almeida; sentadas da esquerda para a direita: professoras Erundina Campelo, Senhazinha Schuller, Teté Campelo, Ester Dantas, Yayá Dantas, Francisquinha Amorim, Maria Coutinho e Sizenia Galvão.

instituições públicas, sendo a escola uma das cartografias que em muito recepcionou a narrativa médica. Em nível estadual, foi publicado, em 1917, o Regulamento sobre a Instrução Pública na Parahyba do Norte, que, juntamente com as reformas empreendidas pelos presidentes Camilo de Hollanda, (1916-1920), Sólon de Lucena (1920-1924) e João Suassuna (1925- 1929), regulamentaram a organização da instrução pública e contribuíram para criar um novo perfil para as escolas do Estado. As Reformas consistiam, muitas vezes, de revisão do conteúdo curricular, novos procedimentos administrativos e ampliação do sistema escolar nas zonas urbana e rural. À frente da Reforma de 1917, estavam intelectuais que lutavam pela melhoria do ensino no Estado, a exemplo de Francisco Moura (diretor da Instrução Pública); Monsenhor Odilon Coutinho (diretor do Lyceu Parahybano); Dr. Manuel Tavares (da Escola Normal e do Lyceu Parahybano); Celso Affonso Pereira (Inspetor do Ensino Noturno), além dos professores Sizenando Costa e José Coelho; e João Alcides Bezerra (Inspetor Geral do Ensino). A exemplo do que ocorria em todo o Brasil, os reformadores educacionais que expandiram o sistema escolar na Paraíba não eram apenas pedagogos. Conforme Dávila, poucos tinham treinamento pedagógico. Eram médicos e cientistas sociais atraídos pela perspectiva de utilizar a educação como espaço para a ação social.

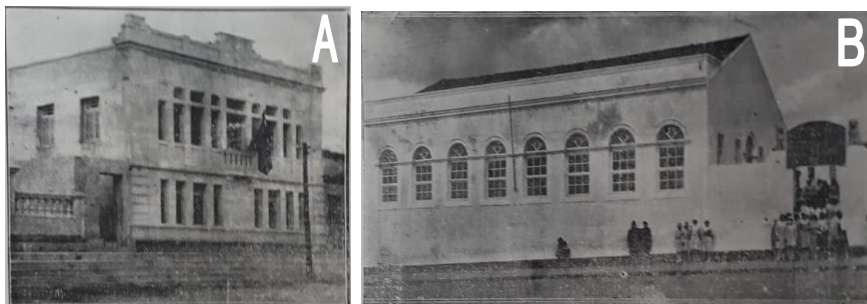
Enquanto prédio da escola fazia-se necessário um ambiente com dispositivos de circulação de ar, uma boa iluminação, um espaço adequado para a execução de atividades, tendo um lugar bem higiênico pelo bom uso e limpeza, através das normatizações e do controle disciplinar. Buriti (2009) menciona o relatório elaborado pelo diretor de Instrução Pública da Paraíba, João Bezerra Cavalcanti, que foi apresentado em 1921 ao presidente de Estado, Solón de Lucena, atestando as prescrições para o apropriado funcionamento do “corpo da escola” no Estado paraibano:

Os prédios (...) deverão ser construídos: a) em terreno sêcco e permeavel; b) numa area nunca inferior a 1.000 m²; c) fóra do alinhamento das ruas; d) longe do ruído das officinas e dos

centros muito movimentados; e) inteiramente livres de quaisquer outros edificios e de modo que os raios solares tangenciando a parte superior dos vãos das janellas e portas cheguem ao extremo opposto do piso; f) com um aparelho sanitario e um lavatório pelo menos, para cada grupo de 30 alunos; g) expostos ao nascente; h) com elevação nunca inferior 0,60m e o piso perfeitamente impermeabilizado e livre de restas que concorra para o accumulo de sugidades; i) com os cantos das paredes e alizares tanto inferiores como superiores arredondados; j) com distribuição de luz unilateral ou bilateral, neste caso a luz deve ser indirecta; l) com tres salas para as escolas isoladas, seis para as escolas reunidas e nove para os grupos, cada uma com capacidade para trinta alumnos; m) com janellas a caixilhos dispostos de forma que abertas aquellas não determinem perda de espaço interior; n) com material de lei; o) com um compartimento para directoria e archivo; p) com area descoberta para recreio; q) pintados de cores neutras, de preferencia azul ou verde claro; r) com fossa aseptica, nas localidades onde não hover esgottos.¹⁰

O prédio do Instituto Pedagógico oferecia modernas instalações, atendia aos requisitos de higiene escolar, os salões eram vastos, bem arejados e iluminados. A Figura 02, a seguir, demonstra a arquitetura dos prédios do Instituto em diferentes instalações.

Figura 02 – Prédio do Internato (A) e Edifício da Escola Normal (B)



Fonte – Revista Evolução, 1931.

¹⁰ In: Jornal O Educador, Anno I, número I. Parahyba: 1º de novembro de 1921 *apud* Buriti (2009, p. 10).

A partir de 1924, com nova instalação, localizado na mesma Rua Barão do Abiaí, o Instituto Pedagógico sedia, também, o internato. Nessa fase, o Instituto era dotado de notável mobiliário escolar, material didático e pedagógico, adaptado às condições higiênicas e pedagógicas (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931). Destarte, recebera, em 1928, a aprovação oficial do governo para funcionar, tendo sido considerada uma instituição de utilidade pública pelo Conselho Municipal Local, em vista de seu cariz profissionalizante. Tal *status* lhe garantia apoio financeiro vindo do próprio Estado.

A heroicização de João Pessoa e as novas ações desenvolvidas durante o governo de Getúlio Vargas foram temas recorrentes nos impressos escolares, que ensejavam à presença desses “heróis” na constituição de uma memória escolar. A Revista Evolução, em suas diversas versões, trouxe artigos com um cunho de sacralização aos eventos marcantes da vida desse personagem político paraibano, convocando os alunos a espelharem-se em seus exemplos. Observemos:

À memória do presidente João Pessoa

Não é preciso mais definir quem transpôs o limiar da glória. Não é mais necessário falar de um morto, hoje, redivivo. Nem dizer a razão de uma homenagem póstuma ao magno presidente João Pessoa. Ele já subiu tanto que seria preciso dizer: regressa a terra, nume cívico, aproxima-te mais um pouco para que te não percamos de vista. Digna-te vir aos pequeninos que nas escolas carecem de tua assistência, como a tenra planta dos raios solares. Tu, que não cabe no Brasil, tão grande és que te fizeste magno entre os maiores e mínimo entre os pequeninos! (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 10).

Morto estava o presidente, mas sua imagem viva permanecia nas páginas da Revista Evolução, nas paredes do Instituto Pedagógico pela Escola Normal João Pessoa e nas falas das normalistas que convocavam a mocidade campinense a “[...] seguir o exemplo do nosso querido presidente João Pessoa, que tanto elevou a Paraíba” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 19).

A Revista Evolução ficou conhecida como “Evolução, mensageiro pedagógico, literário, noticioso e de interesses gerais, especialmente os de instrução”, foi produzida pela direção do Instituto Pedagógico, formado pelo diretor Alfredo Dantas de Góis, redator-dirigente Heronides Campelo e a redatora-secretária Teté Campelo, entre os anos de 1931 e 1932. A revista ficou conhecida por notícias, fotos e propagandas referentes ao próprio Instituto, e temas relacionados à história de Campina Grande e cidades circunvizinhas. No primeiro número da revista aparece uma nota dos redatores com o título “A nossa revista”, que diz o seguinte:

Sendo a “Evolução” o reflexo pedagógico do Instituto Pedagógico e Escola Normal João Pessoa, sob a direção do espírito do grande combatente que é – tenente Alfredo Dantas, pela causa da educação da mocidade campinense, todavia não se restringe a veicular ideia e fatos de seu exclusivo interesse. A sua finalidade é mais nobre agremiar inteligências cultas no intuito de coordenar esforços no apiário das letras. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 9).

Outra característica da supracitada revista é a forma como aquela homenageia em suas capas¹¹ pessoas ilustres da cena estadual como, por exemplo, o criador do Instituto Pedagógico, o Tenente Alfredo Dantas, Antenor Navarro, João Pessoa (ex-presidente do Estado), o professor Clementino Procópio, o prefeito Lafaete Cavalcante, Dr. Arlindo Correia (até então diretor do Posto de Higiene e Profilaxia Rural de Campina Grande), Dr. Severino Cruz (diretor de Higiene Municipal), Heroltides Mathias de Oliveira (professora normalista da Escola Normal).

Marcada por um forte teor político, a Revista Evolução convoca seus leitores à causa de Getúlio Vargas e à eternização da memória de João Pessoa como “mártir”, o que é passível de observação quando da escolha do nome da Escola Normal.

¹¹ Lembrando que a Revista Evolução foi produzida em oito exemplares, sendo que os últimos se encontram em apenas um único número (o 8 e o 9).

Figura 03 – Capas da Revista Evolução



Fonte – Revista Evolução, 1931.

O Tenente Alfredo Dantas, então diretor do Instituto Pedagógico, possuía estreitas relações com os representantes políticos do estado, por isso, os volumes da Revista Evolução trazem em suas capas e conteúdos fotos e entrevistas de personagens políticos e apoiadores em defesa de João Pessoa, rememorando as causas e o episódio que levou à Revolução de 1930.

DOS RELATOS ÀS IMAGENS

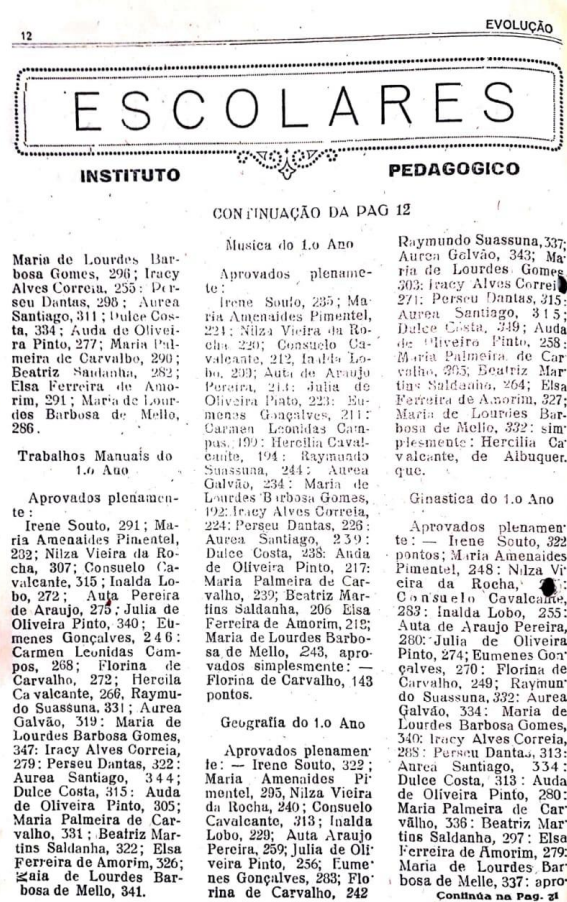
A análise das imagens e dos relatos publicados na Revista Evolução nos permite compreender como era o cotidiano escolar das jovens alunas do Instituto Pedagógico, bem como, as atividades por elas desenvolvidas. A exemplo, destacamos os exames avaliativos realizados, a disciplina e exposição de trabalhos manuais, a disciplina de Ginástica e os cuidados com a estética – a higiene do corpo, que determinava a beleza da normalista, foi tema cogitado no Evolução Jornal.

Os exames avaliativos realizados por essa escola anexa dividiam-se em “exames de passagem” e “exames finais”. As discentes aprovadas tinham seus nomes e as notas conquistadas publicadas na Revista Evolução. Ao longo de nossa pesquisa, observamos que essa prática de publicar os resultados dos exames em impressos jornalísticos parecia ser comum no Brasil republicano, correspondendo a um ato público que tornava legítimas as aprovações.

Era comum, ainda, no período em questão, o uso de conceitos como “simplesmente”, “plenamente” e “aprovação com distinção” para definir o nível da aprovação nesses exames. Assim, as notas eram transformadas em conceitos na Escola Normal João Pessoa. Tais exames expressavam a capacidade provada das alunas “em concursos rigorosos

com programas que abrangem conhecimentos exigidos para um bom docente primário”, afinal, “a boa escola retrata a fisionomia didática do mestre” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 22).

Figura 04 – Matéria da Revista Evolução com conceitos de aprovação



Fonte – Revista Evolução, 1931.

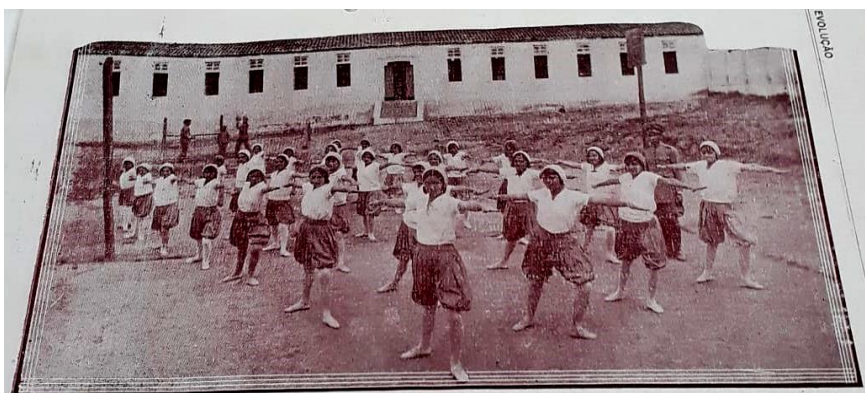
A disciplina de Trabalhos Manuais referenciava enfaticamente o universo feminino, pois se voltava aos trabalhos com agulha, incluindo o

bordado. As exposições de trabalhos manuais e prendas domésticas das alunas do Instituto Pedagógico eram relatadas com esplendor e publicadas na Revista Evolução. Durante muito tempo, as atividades de trabalhos manuais foram introduzidas no currículo escolar das alunas normalistas, possivelmente, com o objetivo de preparar as jovens estudantes para as atividades domésticas.

A cadeira de “Prendas” foi criada a partir da entrada de educandas no universo escolar. Segundo Villela (2000), ao tentar aprovação na Assembleia, a cadeira passou a ser alvo de “pilherias” por parte dos deputados. Com isso, tal disciplina acabou sendo denominada de “Prática”, justificando que incluiria, também, a prática das estudantes nas escolas anexas.

No currículo da Escola Normal paraibana, desde 1900, também constava disciplina de Ginástica, implantada, inicialmente, para aperfeiçoar o físico, a moral e o intelecto do professorado em formação, sem necessariamente integrar o exercício futuro do Magistério. A Figura 05, a seguir, demonstra uma aula de Educação Física comandada pelo sargento Moisés de Araújo.

Figura 05 – Alunas da Escola Normal João Pessoa fazendo aula de Ginástica



Fonte – Revista Evolução, 1931.

Na imagem acima, é possível notar a disciplina do corpo através da posição corporal das alunas quando da execução de algum exercício. Observa-se, também, o espaçamento entre elas, facilitando a prática das atividades. No tocante ao ambiente, percebemos que era propício, atendendo às exigências da época, sendo – além de amplo – ao ar livre, acatando as cobranças de circulação do ar nos espaços de práticas educacionais.

Outro fator de fundamental importância na imagem é a presença do professor, o sargento Moisés de Araújo, cujas roupas estão de acordo com a função que ocupava. O posicionamento corporal indica uma postura que imprime respeito e autonomia: exigências atribuídas e aplicadas a um educador. Quanto ao fardamento das educandas, nota-se a padronização, presente desde o acessório da cabeça até o calçado.

Aparentemente leves, as roupas eram compostas, obedecendo aos padrões da época e do lugar.

Em artigo intitulado *Cultura física: para a família campinense*, a professora normalista Francisquinha Amorim sai em defesa dos favores que a Educação Física (Gymnastica) traria para o desenvolvimento físico e intelectual das jovens alunas. Questionando o fato dos estabelecimentos de ensino de Campina Grande, em sua maioria, rejeitar a prática dos exercícios físicos como parte constitutiva de suas grades de ensino, tal professora assevera:

Em todos os meios adiantados, já foi provada a grande importância da cultura física, porém em Campina Grande, cidade leader, do interior do Nordeste brasileiro, esta verdade ainda não está evidente.

Nossa gente tem ojeriza a tudo que se relaciona a esta instrução, para o sexo feminino.

É tachada de leviana, de fútil, e, até de louca, a jovem adpta dos esportes.

Há quem censure a educação do Instituto Pedagógico, porque neste estabelecimento a Gymnastica (um dos fatores da saúde humana) e outros exercícios físicos fazem parte integrante de seus programas de ensino. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 26).

A professora Francisquinha foi uma notável e árdua advogada da causa feminina e defendia que, “além da Gimnastica, que deve educar sem coagir, temos os jogos, corridas, etc., que servem para desenvolver espontaneamente as atividades das meninas e das moças, os quais oferecem ótima oportunidade de se conhecer a personalidade de cada uma” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 26).

Ainda nessa perspectiva, em artigo que discorre acerca da “educação feminina no Brasil”, a referida professora afirma:

Entre nós, infelizmente, ainda não se cogitou de dar à mulher uma educação que a prepare para desempenhar a missão importante na terra. Nossa instrução é muito diferente, mercê dos poderes públicos e dos preconceitos tolos dos pais de famílias. Entendem aqueles que, a mulher só tem utilidade no lar; pensam estes, a moral de suas filhas será abatida, si ellas exercerem um emprego fora de suas vistas. E por isto, aqui mal se educa a jovem para ser esposa ou irmã, nunca, porém, para ser viúva, solteira ou divorciada. [...] Urge libertarmos a mulher da ignorância, da miséria, e elevá-la de escrava à companheira e competidora do homem. Ao lado deste poderá ela ter um papel mais evidente. Queremo-la apta para exercer qualquer profissão liberal ou manual. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 6).

Ao criticar situações que aprisionavam a mulher a uma cultura patriarcalista e machista, Francisquinha anunciava que “comumente, as moças mais cultas estudaram um pouco a Língua Materna, Inglês, Francês, Pintura e Música, sempre para ornamentarem o espírito, jamais para fazerem disso uma profissão” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 6). Sua profissão, bem como, a autoria de alguns textos publicados na Revista, marcam a conduta daquela mulher, cuja visão distinguia-se das mulheres contemporâneas de sua época.

Assim, Francisquinha Amorim, denuncia: “Seríamos um povo mais próspero, si o elemento feminino, maior que o outro, agisse em todos os ramos da atividade humana” (idem).

Se a moça rica perde seus pais, sua herança cai nas mãos de um tutor indolente ou de um esposo estróina, e, em poucos dias a fortuna desaparece; então a infelicidade bate-lhe à porta. Se a das outras classes ficam órfãs, têm sua subsistência a custo de subscrições nascidas de almas generosas e filantrópicas, enquanto não surge um casamento que as tire de tamanha humilhação! Sujeitam-se às vezes a casar sem a mínima parcela de amor, sacrificando assim sua felicidade, tão somente para terem o pão cotidiano e adornos com que se apresentem no palco da

sociedade, dissimulando ao público o que vai de tortura âmago do coração. E forçoso é dizer, estas ainda são as mais felizes. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 6).

Os relatos acima constituem trechos de artigos escritos pela referida professora, já caracterizada por sair em defesa da causa feminina. Tais artigos apresentam inquietações, críticas, apontamentos, questionamentos e, acima de tudo, uma visão distinta das mulheres de sua época. No primeiro relato, Francisquinha defende a prática da Educação Física (Gymnastica) desenvolvida no Instituto Pedagógico, apontando o desenvolvimento físico das alunas com a prática da atividade e tecendo críticas sobre uma possível negação, de início, à adesão da atividade física pela sociedade campinense.

No segundo relato, a professora destaca o perfil de educação promovido pelo Instituto, enfatizando a importância de instruir e educar a mulher, antes de tudo, para ser companheira e competidora do homem, desconstruindo uma visão machista ainda muito presente na época. O último relato, por sua vez, trás críticas direcionadas à cultura patriarcal e machista.

Nele, Francisquinha questiona o futuro das moças isentas de instrução a uma profissão, apontando a possibilidade de tornarem-se órfãs e, assim, sujeitas a perder sua “fortuna” – caso a família tivesse condições. No tocante àquelas que não dispunham de herança, estariam sujeitas à bondade das pessoas até o surgimento de um casamento o qual, no mais das vezes, não teria a mínima parcela de amor, apontando que estas ainda seriam as mais felizes.

Tais relatos não nos causam qualquer espanto, haja vista, terem sido, por muito tempo, a realidade atribuída à mulher, colocando-a frente às variadas dificuldades, mas com a força de lutar e vencer as múltiplas negações da sociedade ao longo do tempo. O cotidiano e os perfis normalistas foram transcritos através de relatos, como também, de imagens publicadas no Jornal Evolução e na Revista, respectivamente, possibilitando elementos outros passíveis historiografar traços da cultura escolar da Instituição estudada.

O trecho a seguir nos permite vislumbrar aspectos do cotidiano e do comportamento escolar:

Pensando na minha classe...

Vou, ligeiramente, dar o perfil dos meus inesquecíveis colegas de classe.

Adélia: Gaiata, leva de vez em quando uma repreensãozinha na classe. É louca pelo francês, mas é realmente vadia.

Janete: Que posso dizer desta minha vizinha? Vive constantemente a ajeitar suas belas madeixas. Vaidosa... outrora era mais dedicada aos estudos. Gosta muito dos penteados modernos!

Ivanete: Sonsa... vez por outra bota sua unhazinha de fora.... Essa nossa colega é impressionada com o aperfeiçoamento de sua plástica. Tem horror à gordura e está sempre a me perguntar: Eu estou mais magra?

Guia: Que posso dizer de você? Que não gosta muito do uso do pente e é uma boa jogadora de academia. Você precisa ser um pouquinho vaidosa.

Stela: Baixinha, olhos grandes e expressivos. Ela às vezes é impagável. Esta sempre a nos fazer rir. Estuda mais coreografia, minha Stela.

Olívia: Gorda e corada. É amiga inseparável de Normanda. Quando está zangada fica tão vermelha como um camarão.

Antônio: Nosso prezado colega. Ele não pode dar nenhum sopro nas lições às colegas, porque quando fala é mesmo que um trovão, os professores ouvem logo a sua voz. (JORNAL EVOLUÇÃO, 19/08/1934 *apud* ANDRADE, 2017, p. 66).

O relato do cotidiano da turma em sala de aula revela um pouco das características dos perfis de cada aluna, possibilitando a compreensão da personalidade de cada um através dos comportamentos. Assim, o conhecimento das aptidões por determinada atividade, habilidades para os esportes, cuidados com a aparência e a higiene do corpo – que determinavam o perfil de cada educanda – talvez, se configurasse como instrumento facilitador quando de escolhas nas formas de impor as atividades, regras e instruções de caráter educativo e normativo.

Historicamente, tanto as professoras como as alunas normalistas eram concebidas como exemplos, portanto, além do conteúdo curricular, eram fiscalizadas por um código disciplinar que impunham moda a corpos magros, cuidados com a estética e a higiene do corpo.

Conselho higiênico

Dos pés até a cabeça / Traze o corpo bem lavado / Quem apenas lava a cara não passa por asseado. / Deita-te cedo, meu filho / Ergue-te cedo também. / Quem assim faz e trabalha / Mui bela saúde tem. / Deves usar sempre largo / Todo o teu fato e calçado / O sangue não gira bem / Quando o corpo anda apertado. / A casa em que morares / Deve ter sol e muito ar. / De casa que assim não seja / Deves-te logo mudar. / Evita dentro de casa / Toda a poeira e mau cheiro / E não durma no teu quarto / Sem o arejar primeiro. / Essências, flores e plantas / Cujos aromas são de encantar. / No teu quarto não as queira / Quando te fores deitar. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 19).

Associada, também, a uma questão estética, a higiene do corpo determinava a beleza da normalista, assunto cogitado no *Evolução* Jornal:

Mais cuidado com os cabelos – Conselho às moças

Nesta página, que me foi gentilmente reservada pelo diretor da *Evolução*, com a advertência apenas de versar sempre pelo

assunto de interesse para os educandos, procurarei dar, em linguagem simples e despretensiosa, noções úteis sobre questões de higiene, escolhendo de preferência as que dizem respeito ao asseio corporal. Começarei por falar de cabelo, o órgão mais maltratado do corpo humano, mostrando os cuidados que devem ser seguidos para sua perfeita conservação. A raspagem e o corte em nada influem na sua forma e crescimento. [...] É de costume da nossa gente, em todas as classes sociais, untar constantemente os cabelos com óleos e brilhantinas, a pretexto de evitar que fiquem secos. Nada mais errôneo e prejudicial. [...] O ensaboamento da cabeça é outra coisa que precisa ser feita com cuidado e parcimônia. Seu uso imoderado é prejudicial. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 14).

Os cuidados com a higiene do espaço estavam para além do ambiente do Instituto Pedagógico, havia preocupações e instruções para a limpeza da casa, ventilação do ambiente e cuidados com a roupa que se vestia. Ademais, havia cuidados com o asseio do corpo, que deveria ser saudável, utilizando-se de ambientes com boa circulação de ar e iluminação adequada. Os cuidados com a lavagem dos cabelos enfatizavam a preocupação com a manutenção da aparência e da limpeza do corpo, considerando a normatização e o controle disciplinar corporal.

Outra característica importante do cronograma de atividades extracurriculares do Instituto Pedagógico era as festividades nas quais eram expostas as atividades produzidas pelas alunas, a exemplo de: teatro, música e canto orfeônico, exposição de artes plásticas, trabalhos manuais e prendas domésticas, como o bordado, desenhos e pontos diversos.

Uma festa de arte dos alunos do Instituto Pedagógico
A sociedade campinense teve mais um ensejo de assistir à festa artística que foi levada na terça-feira, ao Teatro Apolo, pelos alunos e docentes do Instituto Pedagógico. Como de sempre, todas as festas promovidas por aquele educandário, se revestem

de miríficos encantos que põem em relevo o grau de cultura daquele ambiente onde há distinção e expressivo gosto pela educação moral e intelectual dos educandos. Vários números foram apresentados com interpretação que demanda índica de marcada cultura espiritual. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p. 8).

Algumas das atividades citadas compunham um teor filantrópico, buscando arrecadar apoio financeiro para o recém implantado Hospital Pedro I¹², em 1931.

Figura 06 – Coronel e suas garotas no Cine-teatro Apolo¹³

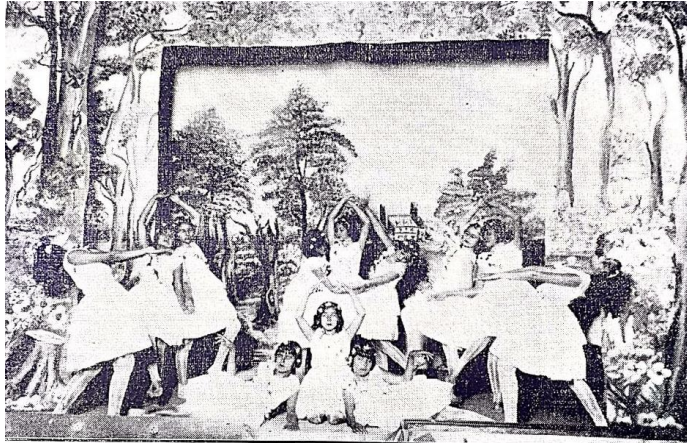


Fonte – Revista Evolução, 1931.

¹² Criado pelo Dr. Severino Cruz, o Hospital Pedro I é um hospital maçom, ainda em funcionamento, que surgiu em 1932 (ano de inauguração).

¹³ Foi o primeiro cine-teatro da cidade, localizado na atual rua Maciel Pinheiro, surgiu em um amplo salão com fundos para a rua Barão do Abiaí, sendo inaugurado em 26 de maio de 1912. Fruto dos anseios comuns do empresariado local e da elite que pretendia estabelecer na cidade um lugar onde fossem postas em prática as atividades artísticas, recreativas, econômicas e políticas.

Figura 07 – Bailado clássico no Cinetatro Apolo



Fonte – Revista Evolução, 1931.

Figura 08 – Alunas representando ciganas no festival artístico



Fonte – Revista Evolução, 1931.

As práticas das atividades culturais escolares enfatizavam as sensibilidades e representações do corpo e as relações corporais com os

objetos culturais, tão necessários para as práticas culturais e o aperfeiçoamento das afinidades entre teoria escolar e prática cultural. Ao analisar as imagens das atividades culturais é possível observar a riqueza de detalhes contidos nas roupas das jovens alunas, a padronização dos figurinos em cada apresentação. Tal padronização se estendia aos acessórios. O figurino padronizado e a especificidade dos detalhes representavam o caráter disciplinador das normas impostas pelos métodos educacionais da Escola Normal. A disciplinização dos corpos estava além das atividades realizadas no interior do Instituto Pedagógico, elas faziam parte do modelo normatizador da representação da aluna normalista.

A formatura das normalistas era o grande momento de conclusão do curso. Significativa era a projeção dessa solenidade no instituto e na cidade de Campina Grande, que raramente vivia “[...] momentos de tanto júbilo, como aquele em que representada por todas as suas classes sociais, assistiu no último domingo à cerimônia empolgante da formatura de suas jovens” (JORNAL COMÉRCIO DE CAMPINA, 17/12/1932 *apud* ANDRADE, 2017, p. 69).

Constituiu alto acontecimento social, inteiramente inédito para nossa terra, a colação de grau da primeira turma recentemente diplomada pela Escola Normal João Pessoa, dirigida pelo benemérito diretor Alfredo Dantas Correia de Góis. [...]. Precisamente às 14 horas, o senhor interventor interino Dr. Argemiro de Figueiredo, subindo ao palco onde já se encontravam o diretor da escola, tenente Alfredo, e a secretária Maria Coutinho de Albuquerque, procedeu-se a chamada das diplomadas Euná Paiva de Oliveira, Herotildes Matias de Oliveira, Nair Gusmão, Carmem Eloy de Almeida, Maria de Lourdes Andrade, Noemi Carlos, Isaura Galvão e Adélia Araújo.

[...]. Procedeu-se, então, a cerimônia de colação de grau, sob juramento regulamentador recitado por uma das diplomadas e referendado pelas demais, fazendo logo o senhor interventor entrega do anel simbólico e respectivo diploma a todas as jovens professoras. (JORNAL COMÉRCIO DE CAMPINA, 17/12/1932 *apud* ANDRADE, 2017, p. 69).

A notícia acima nos dá conta de uma colação de grau de uma turma de mulheres aptas a serem professoras, marcando a consolidação de um projeto de modernização e civilidade para Campina Grande. A solenidade em questão ocorrera no Teatro Apolo, o primeiro cine-teatro da cidade que, em outros momentos, serviu de palco para as apresentações e exposições das alunas da Escola Primária do Instituto Pedagógico Campinense.

1.1. Perfis normalistas

Algumas páginas da Revista *Evolução*, intitulada “Perfis normalistas”, trazem fotografias de algumas estudantes normalistas, apresentando-as como jovens delicadas, suaves, modelos de comportamento quando de sua passagem pelo Instituto Pedagógico. Destacam-nas, ainda, como boas filhas e melhores docentes, quando ingressarem no Magistério. Quanto às alunas que já eram professoras, são apresentadas por sua formação docente, as cadeiras que ocupam, bem como, a habilidade em ministrá-las, a suavidade e a perspicácia de seu espírito para entender as crianças.

Para além das características comportamentais, a Revista *Evolução* evidenciava a beleza de cada normalista, enfatizando as

características e padrões de beleza, especificando detalhes, a exemplo da estatura física e escultural, atributos sempre presentes nas preocupações e normatizações dos corpos, conforme as imposições do currículo educacional da Escola Normal.

A despeito das páginas da Evolução apontar características próprias de cada normalista, optou-se por analisar as imagens a partir das semelhanças que apresentam, nas quais é possível observar a postura do corpo ao fotografar – resalte-se que a postura era algo presente no currículo escolar. Assim, o olhar forte, sempre voltado ao horizonte, transmite uma impressão de segurança, demonstrando, concomitantemente, perspicácia e suavidade, atributos característicos de uma boa professora normalista.

No concernente às roupas utilizadas nas fotografias, também apresentam traços semelhantes, o que, provavelmente, não se deve somente à época, mas, também, à posição que ocupavam e a profissão que assumiriam. Por isso, o famoso “decote”, continuamente presente na roupa feminina era marcado com descrição, embora não perdesse a feminilidade e, principalmente, a beleza e a elegância.

Os acessórios que compunham a vestimenta das normalistas, por sua vez, se assemelhavam pela descrição, a exemplo do colar: simples, mas elegante e de muito bom gosto, realçando o “colo” sem aparentar vulgaridade. Quanto aos cabelos – símbolo de cuidado e preocupação em relação à limpeza – apresentavam-se, aparentemente, bem cuidados, sendo possível relacionar os cortes e as formas de arrumá-los como modelo de beleza e elegância exigida para a época. Por último, pontua-se

o sorriso que, igualmente discreto, consistia num simples movimento entre os lábios.

Descrever as semelhanças contidas nas imagens das jovens professoras normalistas é tentar perceber a singularidade dos detalhes capturados pela imagem fotográfica, mas, sobretudo, alinhar e comparar a grandiosidade que, para além da beleza física feminina, está contida em sua feminização e força. Essas, independentem do tempo, da condição e do espaço. A seguir faremos uma leitura individual em torno das fotografias dos “perfis normalistas”, apresentadas nas páginas da Revista Evolução.

Figura 09 – Estudante normalista A. A. em destaque na Revista Evolução



Fonte – Revista Evolução, 1931.

A Figura 09 traz a imagem de uma jovem estudante da Escola Normal, apresentada pelas iniciais de seu nome, seguidas da descrição de suas características. A Revista apresenta seu nome, descrevendo-o como “nome de guerra” – Ailêda. Porém, as peculiaridades fortes não estão somente no nome, sendo perceptíveis na suavidade dos seus gestos e o modelo de estudante que se preza.

A firmeza de seu olhar, a forma como pousa para a fotografia, a seriedade no rosto, as roupas que a vestem – aparentemente compostas – e o cabelo bem arrumado denotam o perfil de estudante da Escola Normal, onde as regras, a disciplina dos corpos e os cuidados com a higiene eram primordiais.

Figura 10 – Estudante normalista E. P. e professora Francisquinha Amorim

Perfis normalistas
E. P.



Voz de requilista, bom piano. Cabeça quasi sempre e boca, caíndo em frente sobre a fronte. Tipo elegante de composição modésta.

Vigorosa no físico, em linha esculptura, simétrica e proporcional. Fidalga no porte; nunca no trato, jovial, comedida, delatando um sorriso meigo e fino.

Contrariada, uma leve sombra transcorre apenas no rosto. Tímida na classe, sabendo, porém, desenvolver o ponto arguido.

Como estudante, é da linha especial para a matemática.

Sua crítica, cuidadosamente feita, lhe dá direito a um diploma no fim do ano, com referências honrosas. De professora tem presença e cultura. Diplomanda, já tem seus castiços, sonhos plenos, uma serie de conjecturas sob o mundo diáfano de fantasia.

Não é supersticiosa, nem se deixa desgarar da realidade das coisas. Espírito erguido e vivamente perpicaz para entender crianças em sua futura missão educativa.

Conciliante, assim, acha-se

infelizmente digna de ser nome guerra, na a serena e Paleta e é bem feita, digna de um perfil de criança, alguns traços elementares do perfil. Lembra-se, esta perfil, há de ser feliz, sempre, como, como o perfil de Ailêda, uma E. P. perfil de perfil, além uma agradável, uma forma de beleza, tanta beleza. É, portanto, uma beleza, e a saber tem um a saber e a saber, comente em todos. Infelizmente é completa. Entre o Instituto Pedagógico e o Instituto Amparo, possui perfil e lapidando seu perfil definitivo.

Quem será essa delgada lino desenhada, cavaleira maturo, tímida e perfil, tão agradável, no atropelo de sua instância vitoriosa e resoluções a outros mistérios?

Uma normalista disse, respondendo ao seu pai que lhe perguntou—“Por que não Instituto Pedagógico?”

Aguardem o Comercio de Campina

PAI NOSSO DO TIPOGRAFO

Chefe nosso que estaes na redacção, muitos bons dias, vamos distribuir; vchem a nós os vossos originaes; seja feita a vossa vontade na composição como na impressão, o salario nosso de cada dia nos dae no sabado. Perdoemos, senhor os nossos pastéis, assim como nós perdoamos a má letra e as terceiras provas; não nos deixeis cair no sono, livrando-nos de trabalhar de noite. Amém.

Professora Francisquinha Amorim



A 24 do mez p. P. viu passar a sua data natalicia a conceituada professora senhorita Francisquinha Amorim, docente das cadeiras de Pedagogia e Didactica da Escola Normal João Pessoa.

O Instituto Pedagógico lhe é devedor dos seus serviços profissionais, que com talento e dedicação os tem prestado, ha muitos annos.

Fazendo o registro dessa data, a “Evolução”, de que é a projecta docente similitante colaboradora, lhe envia o parabem com festivos votos de bem estar pessoal.

Fonte – Revista Evolução, 1931.

A Figura 10 apresenta duas mulheres bem diferentes, tanto nas características físicas como nos modelos de comportamento e papéis que ocupavam. Mas há algo em comum entre elas: a passagem pela Escola Normal: uma, enquanto aluna, a jovem das iniciais E. P., e a outra; enquanto professora – bastante citada nas páginas da Revista Educação – a professora Francisquinha Amorim. A educanda é descrita pela Revista como uma jovem de porte fidalgo. Como estudante, está à linha de frente, tendo um pendor especial pela Matemática.

A imagem da professora Francisquinha Amorim, por sua vez, é apresentada acima de uma nota que destaca a passagem de sua data natalícia, seguida de agradecimento pelos serviços profissionais prestados ao Instituto Pedagógico. Contudo, as duas imagens versam entre as semelhanças da postura na fotografia, a delicadeza e elegância das roupas, as diferenças do olhar e afabilidade dos traços dos rostos. Assim, a jovem estudante apresenta um olhar firme, porém, delicado, uma suavidade que lhe é marcante, ao passo que, a professora exibe um olhar mais sério, firme, revelando, no semblante, a postura peculiar e característica de uma profissional da época, imprimindo respeito e autonomia.

Figura 11 – Iracema Marinho em destaque na Revista Evolução



Fonte – Revista Evolução, 1931.

A Figura 11 traz a imagem da poetisa Iracema Marinho, seguida de uma nota pela passagem do seu aniversário e de uma singela homenagem, caracterizando-a como poetisa romântica. A imagem revela uma mulher de traços fortes, olhar marcante, rosto sereno e perspicaz. A leve inclinação no canto lateral dos lábios e a sobranceira arqueada indicam que a jovem mulher está sempre a pensar e objetivar projetos para sua vida – possivelmente, profissional – algo ainda tão incomum para as mulheres de sua época.

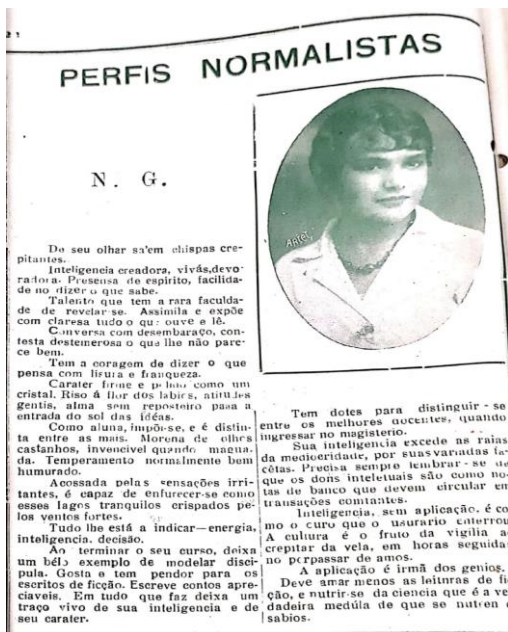
Figura 12 – Estudante normalista M. A. em destaque na Revista Evolução



Fonte – Revista Evolução, 1931.

A jovem da Figura 12 é trazida à baila como uma figura dedicada, perseverante, de índole bondosa e simplicidade evocativa, características – aparentemente – atribuídas/necessárias para uma normalista. No que toca às peculiaridades físicas, é exibida em vista do forte físico atlético, tendo destacada sua aptidão e desenvolvimento pela ginástica, especialmente, pelo salto. Atribuições esperadas de uma aluna da Escola Normal. O semblante da jovem em questão é marcante pela seriedade, a qualidade de um olhar mais recatado, tímido e retraído, demonstrando uma juvenil mais cautelosa e séria.

Figura 13 – Estudante normalista N. G. em destaque na Revista Evolução



Fonte – Revista Evolução, 1931.

A Figura 13, a imagem de uma jovem se difere das demais em vários aspectos. Assim, as informações que constituem seu perfil a descrevem como uma aluna inteligente, desenvolvida para a conversa e de temperamento bem-humorado – exemplo de educanda, atribuindo-lhe vastas características. De olhar marcante e fixo, concomitante a suavidade nos traços, essa jovem estudante diferencia-se das demais apresentadas, haja vista, trazer um leve e delicado sorriso: aquele sorriso “no canto dos lábios”, discreto e meigo; um sorriso contido, mas sem perder a doçura e a feminilidade, peculiaridades tão esperadas para uma jovem que ingressaria no Magistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho buscou-se explicitar algumas das representações dos perfis normalistas através de relatos do cotidiano escolar, bem como, imagens de apresentações culturais das jovens alunas da Escola Normal, divulgadas nas páginas da Revista Evolução. Utilizou-se, ainda, dos relatos do perfil educacional utilizado pelo Instituto Pedagógico de Campina Grande – publicados nas páginas dos jornais Evolução e O Comércio de Campina – e das publicações contidas no Anuário de Campina Grande, a fim de compreender o perfil normatizador dos corpos.

A análise de tais fontes nos possibilitou perceber a consonância entre as representações dos papéis femininos na sociedade e as disciplinas ministradas na Escola Normal. Constatamos, desta feita, que as ideias sobre a educação da mulher, veiculadas naqueles periódicos, não constituíram fatos isolados, estando relacionadas com os acontecimentos sociais, políticos e culturais que vinham modificando a rotina da sociedade paraibana.

Nesse sentido, tenciona-se expressar o modelo de formação, bem como, os trabalhos da instituição responsável pela formação das moças

paraibanas. As discussões sobre a instrução da mulher normalista estavam pautadas pela necessidade de formar professoras qualificadas para atuar nos grupos escolares, mas também seguia na direção de uma educação voltada para o lar. A relação entre o discurso veiculado nos jornais sobre a educação da mulher e a instituição Escola Normal materializou-se na disciplina de Trabalhos Manuais, que passou a ser ministrada com a disciplina de Economia e Prendas Domésticas.

As publicações inscritas nos periódicos que se configuraram como fontes de nossa investigação apontam o perfil da educação feminina no Instituto Pedagógico Campinense através dos relatos e imagens de alunas normalistas. Demonstra-se, desta feita, que a representação do feminino passa pelo cotidiano das jovens educandas, que trilharam os caminhos do conhecimento, preparo e disciplina do corpo – pelos cuidados estéticos – se estendendo até os traços comportamentais que indicavam o lugar que ocupavam naquela sociedade.

Aquí, se pretendeu provocar reflexões historiográficas em torno das publicações do cotidiano das normalistas e do perfil de educação implantado pelo Instituto Pedagógico, através da exposição das imagens e da transcrição dos relatos apresentados. A partir de um dispositivo pedagógico que disciplinava os corpos, educava as sensibilidades e instruía os sujeitos escolares em novos valores em circulação na sociedade, o Instituto Pedagógico campinense surgiu com novas práticas, atribuindo valores educacionais modernos.

FONTES DE PESQUISA

Fontes Primárias

COMÉRCIO DE CAMPINA JORNAL. Campina Grande: Instituto Pedagógico, 1932.

EVOLUÇÃO JORNAL. Campina Grande: Instituto Pedagógico, 1930.

REVISTA EVOLUÇÃO. Campina Grande: Instituto Pedagógico, Ano I, números 1, 2, 3, 4, 6, 7, 1931.

Fontes Secundárias

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE. 1925.

JORNAL BRASIL NOVO. Itaperuna/RJ, 1931.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vivian Galdino de. 2012. **A compreensão de uma ‘modernidade pedagógica’ através do Instituto Pedagógico Campinense (1919-1950).** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.22.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

_____. Escola Normal João Pessoa: Formação do professorado em Campina Grande (1928-1942). **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras – PB, v. 7, n. 14, jan. /jul. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/index>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** v. I. Campina Grande: Copyright, 1993.

SANTANA, Flávio Carreiro de; MONTEIRO, Luíra Freire. (Orgs.) **História:** tramas do tempo, impressões do vivido. João Pessoa: Ideia Editora, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Martha; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Gnuve (Orgs). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.